

APRESENTAÇÃO

DOSSIÊ 10 ANOS DAS JORNADAS DE JUNHO: AS MÚLTIPLAS DIMENSÕES E DESAFIOS DA REVOLTA SOCIAL – PARTE II

Desde 2013, foram inúmeras as interpretações das Ciências Sociais sobre as mobilizações multitudinárias desse período no Brasil. Distintas leituras, sob diferentes perspectivas, foram difundidas, inserindo-se em um rol de disputas que reivindicam os sentidos das manifestações. Na esteira de um ciclo de insurgência urbana difuso, os protestos emergem em um contexto de profundas transformações na sociedade e nas instituições, bem como de reconfiguração das ações coletivas, não somente em nosso país, mas também em nível global.

Junho de 2013 constitui parte significativa da chamada “década da indignação”, conflagrada como consequência da crise financeira de 2008 e de outros fenômenos econômicos, sociais e culturais. Essa nova “geopolítica da indignação global” (BRINGEL; PLEYERS, 2015, p. 14) atravessou diversos países do mundo em levantes populares massivos, como ocorreu na Primavera Árabe, nos acampamentos do Occupy Wall Street, dos Indignados na Espanha, nas mobilizações estudantis no Chile, nas ocupações de parques e praças na Turquia, no Nuit Debout na França e nos *estallidos* de indignação que eclodem ao final da década e se estendem nos anos seguintes por toda a América Latina.

A despeito das semelhanças e do compartilhamento de práticas e ações coletivas, não se pode ignorar as particularidades e características do processo político e da cultura política em cada país. No Brasil, uma década de distanciamento nos afasta das grandes manifestações que se espalharam por todo o país em junho de 2013. Não obstante, os levantes de junho seguem desafiando e interpelando as Ciências Sociais (PERRUSO; VELHO; MORAES, 2020). Uma profusão de análises foi elaborada, algumas com maior acuidade para alcançar elementos importantes das diversas dimensões do fenômeno, ao passo que outras acabam por restringir-se a enquadramentos simplistas e limitados, como os que conectam a ascensão de governos conservadores e de extrema direita à emergência de protestos cidadãos.

Nessa variedade de explicações, muitas concentram-se no quadro político-eleitoral, na polarização e nos possíveis efeitos eleitorais enquanto desdobramentos das ações

contestatórias. A complexa conjuntura posterior intensifica os obstáculos e estímulos para a intelectualidade brasileira, que muitas vezes foi tensionada a julgar as mobilizações em vez de investigá-las de maneira atenta e fundamentada.

Nesse cenário, somam-se inúmeras circunstâncias: o acirramento das crises política, econômica e social; as fissuras na “hegemonia lulista” (PERRUSO, 2023) que irrompem em 2013; a polarização que se expressou não só nas eleições, mas também nas ruas por meio dos atos pró e contra o *impeachment* entre 2015 e 2016; a ascensão do capitão reformado do exército ao cargo máximo do Executivo em 2018; e as mais recentes intervenções de grupos de extrema direita demandando intervenção militar. Além disso, todo esse contexto é agravado significativamente com os impactos da pandemia de covid-19, que evidencia os níveis de abissal desigualdade social e racial em nosso país, em meio à inaptidão do (des)governo negacionista diante da crise sanitária e humanitária causada pela disseminação do coronavírus.

No entanto, esse período também é marcado por ações contestatórias não raras vezes esquecidas nas interpretações, e carregadas daquele espírito de 2013, com repertórios e referências relacionadas ao setor autonomista, como as ondas de ocupações nas escolas em 2015 e 2016; as ocupações de prédios públicos, como o Ocupa MinC, no Rio de Janeiro; a Primavera Feminista; e a centralidade da luta antirracista. Além disso, mudanças silenciosas se deram com a abertura de debates sobre os significativos problemas do direito à cidade, da mobilidade urbana e da tarifa nos transportes. Considerada sonho impossível e ficção irrealizável por diversas autoridades públicas em 2013, hoje a tarifa zero é uma realidade em dezenas de cidades brasileiras.

O intenso e intricado panorama pré/durante/pós-2013 insiste em nos instigar, impulsionando-nos a examinar e compreender esse fenômeno social que conforma tema científico de grande relevância na atualidade. Nessa direção, observar também o contexto latino-americano nos incita a analisar similitudes, diferenças, potencialidades e tendências, estabelecendo diálogos possíveis. Ao final da década de 2010 e nos anos seguintes, quando se falava do fim do ciclo dos protestos globais de indignação, diversos países da América Latina entraram em ebulição social, como Nicarágua, Equador, Haiti, Porto Rico, Colômbia, Chile e Peru. Não obstante as demandas e especificidades de cada país, também foram observadas semelhanças com outros contextos de protesto e com Junho de 2013, como as críticas à representação, à política institucional e aos sujeitos políticos tradicionais, bem como, de maneira similar ao que ocorreu em outros locais, novamente a repressão foi mecanismo instigador do espraiamento das ações contestatórias em muitos países.

Nas manifestações mais recentes na América Latina destacam-se ainda as críticas ao desenvolvimentismo, ao neoliberalismo, ao colonialismo, às múltiplas formas de violência e às heranças dos períodos de regime militar (BRINGEL, 2021). Desde o nosso lugar na periferia do

capitalismo, onde operam as raízes históricas da colonialidade e do racismo, a concentração da propriedade de terra e de renda e as mais agudas consequências de históricas desigualdades e de recentes políticas de ajuste estrutural, cabe indagarmos o que essas experiências nos dizem.

Diante da complexidade, das múltiplas dimensões e dos desafios da última década, a revista *Desigualdade & Diversidade* dedica as duas edições do ano de 2023 a reunir trabalhos que concentram expressivas contribuições para apreender esse contexto enquanto parte de um processo em aberto, em construção e em disputa permanentes. Esta edição continua trazendo artigos sobre as disputas interpretativas acerca do legado das manifestações, brindando-nos com profundas análises sociopolíticas. Além disso, aproxima-nos de discussões sobre temas relevantes que são pouco debatidos em profundidade, como a violência e a militarização; o papel desempenhado pelos militares no período posterior; a internet e o ciberativismo; e a reconfiguração das ações coletivas a partir das perspectivas de gênero, do movimento negro e sob a ótica da formação de novos atores sociais, como os coletivos.

Assim, iniciamos esta Parte II do “Dossiê 10 anos das Jornadas de Junho: as múltiplas dimensões e desafios da revolta social”, com homenagens a dois grandes sociólogos que perdemos no ano de 2023: o professor Alain Touraine e a professora Angela Randolpho Paiva. No artigo “2013: A oportunidade perdida”, Rudá Ricci analisa os protestos compreendendo suas principais características e desafios, que demandam das Ciências Sociais novas configurações teóricas e interpretativas. O autor argumenta que as mobilizações de 2013 representaram uma abertura de possibilidades para o enfrentamento da crise de representação política nacional, uma oportunidade que, segundo Ricci, não foi aproveitada pela classe política.

Márcia Pereira Leite, por sua vez, em “Da *energia utópica* do levante à utilização da produção da ordem”, analisa as subjetivações políticas que emergem dos protestos, bem como os rearranjos dos processos de militarização da sociedade e de “produção da ordem” que se desenvolvem a partir das manifestações.

Maria Celina D’Araújo, no artigo “Em junho de 2013, o cavalo passou encilhado para os militares”, destaca o papel dos militares, abordando, de um lado, uma questão não enfrentada em nossa história político-social: a da inabilidade do governo civil em gerir e limitar a atuação dos militares, demonstrando como o espaço dado a esses atores foi sendo ampliado nos governos após o regime militar. Por outro lado, a autora observa como os militares aglutinaram as forças autoritárias que se avolumaram no pós-junho.

Em seguida, o texto de Fernando Lima Neto, “Os coletivos no horizonte das Jornadas de Junho: novos sentidos sobre democracia e participação”, trata dos coletivos, investigando suas principais características e significados enquanto parte da emergência de novas formas de participação democrática que irrompem com grande visibilidade nesse contexto de protestos.

Wallace de Moraes, em “A revolta dos governados de 2013 no Brasil – desconstruindo preconceitos estadolátricos sob olhar de mais longo prazo”, insere os protestos em uma perspectiva mais ampla, compreendendo 2013 como parte de uma onda global de protestos, tecendo uma análise política acerca do antes e depois de junho de 2013 e interpelando as forças políticas e as diferentes interpretações em jogo.

Raul Nunes discute com centralidade o tema da internet no pré e no pós-junho em “O ciberativismo antes, durante e depois de Junho de 2013”, compreendendo seu papel no processo político e como se desenvolve, com base nas mobilizações de 2013, uma rotinização do ciberativismo no país.

No artigo “Junho de 2013 e a alteração moral da violência: transmutações entre uma esquerda titubeante e uma direita insurrecional”, Lara Sartorio Gonçalves realiza uma análise do processo de mobilizações, seus sujeitos políticos, suas práticas, seus impactos e seu legado, com enfoque no problema da violência em suas múltiplas dimensões.

Talita Teixeira dos Santos apresenta um aspecto central das reconfigurações do ativismo social a partir de Junho de 2013, no texto “Política do confronto e gênero: movimentos e contramovimentos (anti)feministas no Brasil a partir das Jornadas de 2013”. A autora discute a atual relação movimento-contramovimento por meio do prisma antagônico entre os movimentos pró-gênero e antigênero.

Marianne da Silva Rocha levanta a perspectiva racial em “Enquanto houver racismo, não haverá democracia: o movimento negro olha para Junho de 2013”, abordando a trajetória do movimento negro, os processos de produção da memória e suas novas formas de organização. Ademais, identifica renovações no campo da esquerda que possibilitam apreender o movimento negro enquanto sujeito político que assumiu um lugar de maior protagonismo na agenda política a partir do ciclo de protestos de 2013.

Marina Monteiro, no artigo “Ainda à esquerda: uma defesa de Junho de 2013”, apreende algumas das principais características do levante popular com base na experiência do fazer etnográfico. Suas análises posicionam-se acerca dos impactos e das disputas interpretativas sobre o legado das mobilizações.

Além disso, como fizemos no primeiro número do dossiê, objetivando aprofundar as análises comparativas sobre mobilizações e movimentos sociais na América Latina, apresentamos dois artigos que trazem uma aproximação das experiências de protestos no Chile. Partindo de uma perspectiva global, Geoffrey Pleyers em “O estalido chileno em 2019: uma revolta nacional em uma onda global de mobilizações”, analisa os protestos chilenos por meio da observação das características compartilhadas entre outras mobilizações da década de 2010, abordando suas múltiplas dimensões, como as formas de organização, os processos de subjetivação e a dimensão da interseccionalidade, considerando seus impactos tanto na sociedade quanto na política institucional.

Depois, em “‘Isso abriu meus olhos’: movimentos sociais e socialização política acelerada”, Karla Henríquez apreende os impactos nas vidas dos ativistas que participam de movimentos sociais no Chile, compreendendo como essa participação afeta profundamente sua socialização na política, suas orientações e suas vivências.

Esta edição mais uma vez difunde a seção intitulada *Imagens da Revolta*. Levando em consideração os impactos das mudanças nas tecnologias de informação e comunicação e o uso dessas ferramentas no contexto de protestos, o acervo desta Parte II foi escolhido e comentado pela mídia-ativista e documentarista Júlia Mariano. Por meio do seu olhar, entramos em contato com as experiências vividas naquele período e com os questionamentos e as percepções sobre a história e a memória dos acontecimentos.

O Dossiê disponibiliza uma entrevista muito especial com o professora Erminia Maricato. Autora fundamental quando se trata dos muitos temas que envolvem a questão urbana no Brasil, Erminia nos brinda com uma entrevista na qual reflete profundamente sobre a cidade, abordando alguns dos principais problemas que estavam em pauta naquele período de mobilizações e que continuam sendo atuais. Por meio de uma perspectiva cuidadosa direcionada às bases, a autora apresenta alternativas possíveis para essas e outras questões contemporâneas, incluindo a necessária construção e ampliação das formas de participação popular.

Esta edição inclui ainda duas detalhadas resenhas críticas. A primeira, elaborada por Leonardo Vereza de Freitas, que analisa a obra *Treze: a política de rua de Lula a Dilma* (2023), de Angela Alonso, interpela o contexto e os antecedentes do ciclo de protestos. A segunda, realizada por Maria da Glória Gohn, apresenta a obra *Movimentos sociais e autonomias: imaginação, experiências e teorias na América Latina* (2023). O livro, organizado por Monika Dowbor e Gustavo Oliveira, toma como eixo central a questão da autonomia, fundamental para a compreensão do ativismo de Junho de 2013.

O “Dossiê 10 anos das Jornadas de Junho: as múltiplas dimensões e desafios da revolta social – Parte II” reúne uma coleção de trabalhos lapidares confeccionados com acuidade por pesquisadores que se debruçam sobre os fenômenos e a conflitualidade do período. Por meio deles, observa-se o fortalecimento da função “simbólica” e “profética” (MELUCCI, 1989) dos movimentos sociais e sujeitos políticos que constituem ações coletivas e mobilizações societárias, que disputam sentidos e orientações, desvelando problemas substanciais da sociedade. Tais estudos mostram-se cada vez mais significativos para as Ciências Sociais alcançarem a abertura reflexiva necessária para abarcar questões pujantes da contemporaneidade.

Brena Costa de Almeida

Pesquisadora de pós-doutoramento no PPGCIS/PUC-Rio

Guilherme Leite Ribeiro

Pesquisador de pós-doutoramento no PPGCIS/PUC-Rio

Maria Cândida Vargas Frederico

Pesquisadora de pós-doutoramento no PPGCIS/PUC-Rio

Organizadores

Referências

- BRINGEL, B. Estallidos de indignación, levantamientos de esperanza: cambios en los sujetos y los sujetos del cambio. In: BRINGEL, B.; MARTÍNEZ, A.; MUGGENTHALER, F. (orgs.). *Desbordes. Estallidos, sujetos y porvenires en América Latina*. Quito: Fundación Rosa Luxemburg, 2021. p. 13-40.
- BRINGEL, B.; PLEYERS, G. Junho de 2013... dois anos depois: polarização, impactos e reconfiguração do ativismo no Brasil. *Nueva Sociedad*, Buenos Aires, nov. 2015.
- MELUCCI, A. Um objetivo para os movimentos sociais?. *Lua Nova*, São Paulo, n. 17, p. 49-66, 1989.
- PERRUSO, M. A. *10 Anos de Junho de 2013: da crise do lulismo à derrota de Bolsonaro*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2023.
- PERRUSO, M. A.; VELHO, D. R. de A.; MORAES, F. Junho de 2013 continua interpelando a intelectualidade brasileira. *[SYN]THESIS*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 13-27, 10 nov. 2020.

